

Exmº Senhor

**Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território,
Descentralização, Poder Local e Habitação**

Na reunião ordinária do dia 6 de junho de 2017, esta Comissão deliberou por unanimidade aprovar 2 requerimentos do teor que se transcreve da respetiva ata:

- I. “Requerimento apresentado pelo GP do PCP no sentido de solicitar a disponibilização, pelo Governo, dos estudos e elementos que fundamentam as propostas apresentadas, referindo o diagnóstico de cada uma das competências propostas, identificando os meios humanos, técnicos, financeiros e organizacionais, o grau de execução entre o programado e o realizado, bem como a identificação de carências, nomeadamente de meios técnicos e humanos, e o volume adicional de recursos financeiros necessários para garantir a plena execução do programado com respeito pelos ratios e demais indicadores aplicáveis, identificadas e não concretizadas e, por fim, a perspetiva de evolução a curto e médio prazo, estimando o impacto a nível humano, técnico, financeiro e organizacional.
- II. Requerimento apresentado pelo GP PSD no sentido de solicitar ao Governo o envio, à 11.ª Comissão, dos trabalhos preparatórios e diplomas setoriais já remetidos à ANMP, assim como dos trabalhos preparatórios da Proposta de lei de revisão do Regime Financeiro das Autarquias locais, para que se possa proceder à sua análise e compreender quais são as competências que, efetivamente, em cada área, o Governo pretende transferir. “

Sucedo que, não obstante o lapso temporal decorrido, o Governo apenas remeteu à Assembleia da República os 23 diplomas setoriais.

Termos em que o GPPSD propõe que esta Comissão delibere renovar junto do Governo a solicitação de disponibilização dos documentos em apreço, designadamente:

- Estudos e elementos que fundamentam as propostas apresentadas, referindo o diagnóstico de cada uma das competências propostas, identificando os

meios humanos, técnicos, financeiros e organizacionais, o grau de execução entre o programado e o realizado;

- Identificação de carências, nomeadamente de meios técnicos e humanos, e o volume adicional de recursos financeiros necessários para garantir a plena execução do programado com respeito pelos ratios e demais indicadores aplicáveis, identificadas e não concretizadas
- Perspetiva de evolução a curto e médio prazo, estimando o impacto a nível humano, técnico, financeiro e organizacional.
- Trabalhos preparatórios da Proposta de lei de revisão do Regime Financeiro das Autarquias locais, para que se possa proceder à sua análise e compreender quais são as competências que, efetivamente, em cada área, o Governo pretende transferir.

Palácio de S. Bento, 31 de janeiro de 2018

Os Deputados

Berta Cabral

Jorge Paulo Oliveira

Manuel Frexes

Bruno Coimbra

Emília Santos

António Topa

Emília Cerqueira

José Carlos Barros

Maurício Marques